



## Mudança de tom I A aposta de Bolsonaro e seus possíveis impactos na política nacional



Em pronunciamento realizado nesta terça-feira (24/3), o presidente da República, Jair Bolsonaro, se dirigiu ao país para criticar medidas mais agressivas de isolamento social, tomadas por governos estaduais e municipais, e anunciar a reabertura da economia nacional em curto prazo. Segundo o presidente, as autoridades estaduais devem abandonar o conceito de “terra arrasada”, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o isolamento em massa, para que tudo possa voltar à normalidade.

Durante o pronunciamento, que, até o momento, já conta com mais de 1,5 milhão de visualizações no canal do Planalto, no YouTube, o presidente também criticou de forma enfática os veículos de mídia tradicionais, por incitar, em suas palavras, histeria, pavor e pânico, por conta da pandemia. Ao buscar passar calma e tranquilidade, Bolsonaro minimizou os efeitos do Covid-19 para a saúde, associando-os ao grupo de risco de pessoas idosas ou com outras enfermidades, além de mencionar avanços de outros países no tratamento da doença, citando expressamente remédio utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite.

Segundo dados da Sala de Democracia Digital, da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (Dapp-FGV), em três horas e meia, das 20h30 (horário do início do pronunciamento) à meia-noite, foram 3,5 milhões de interações no Twitter – 80% negativas.



Depois da reação do seu discurso por parte de parlamentares, governadores, veículos de mídia e de entidades da sociedade civil ligadas à saúde, o presidente concedeu, ontem (25/3), entrevista sobre o tema, na qual reforçou suas críticas às autoridades públicas estaduais e municipais, além de enfatizar a importância da retomada das atividades econômicas para que o Brasil não entre em colapso. Alegando o risco eminente de caos e de saques a supermercados, enfatizou que, sem produção, não tem sustento para milhões de trabalhadores informais, assim como se torna inviável para as empresas pagarem trabalhadores e para o Estado bancar os servidores públicos. Chamou a atenção, também, a citação que, com a crise, haveria a possibilidade do país sair da “normalidade democrática”. Em resposta imediata ao presidente, ao menos 25 dos 27 governadores já anunciaram que manterão restrições contra coronavírus mesmo após Bolsonaro pedir o fim de isolamento.

### Números da semana

34	Proposições tramitando no Congresso Nacional sobre Covid-19
53	Pleitos do cooperativismo priorizados e sistematizados até o momento
33	Medidas já tomadas pelo governo com impacto positivo para o cooperativismo

### Análise do atual contexto

**Busca por confiança:** A tentativa de minimizar os impactos do coronavírus para a saúde e para a economia sinalizam a busca de Bolsonaro de assumir papel de liderança e passar tranquilidade e confiança para a população neste momento de crise. No entanto, o Governo Federal tem sido criticado por não ter demonstrado ainda uma coordenação clara no anúncio de medidas concretas para remediar a crise. Nos bastidores, o embate está cada dia maior entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ministro da Saúde, Mandetta, na disputa da agenda, dificultando, ainda mais, a consolidação de uma mensagem única pelo Governo Federal.

**Crise política permanente:** Ao aumentar o tom contra governadores e prefeitos e reforçar suas críticas aos veículos da mídia tradicional, o presidente da República estica a corda para um emblemático cenário de crise política nos próximos meses. Mesmo em meio a fortes críticas, o presidente aposta na continuidade de uma postura antissistêmica, que tem como alvo principal o alcance do núcleo duro do seu eleitorado, com o intuito de reter e recuperar sua popularidade, abalada pelos impactos sociais, econômicos e de saúde ocasionados pelo coronavírus. Neste momento, a manutenção da confiança de seus apoiadores é fator-chave chave para o *modus operandi* do seu governo e para a sua continuidade no poder.



**O cálculo político de Bolsonaro:** Em meio à crise gerada pelo coronavírus, chefes de Estado de todo o mundo foram colocados em uma clara situação de “perde-perde”, em um difícil dilema entre: a) promover medidas drásticas de combate ao avanço do Covid-19, que necessariamente passam pelo isolamento social, dado o forte contágio do vírus; e b) de propor medidas de enfrentamento da crise econômica mundial que, por sua vez, passam pelo retorno das atividades produtivas e do convívio social. Assim, como Donald Trump, Bolsonaro parece, neste momento, optar pela segunda via. Se, de imediato, a decisão do presidente soa bastante impopular, sua aposta é que, em médio e longo prazo, no momento em que a crise econômica se torne perceptível para a população, ou seja, impacte diretamente no poder de compra dos brasileiros, seja possível retomar sua popularidade e confiança por ter tomado a medida de retorno das atividades produtivas. Se, por outro lado, o número de casos e de mortes causados pelo coronavírus continuem a crescer, e/ou haja um colapso sem precedentes no atendimento de hospitais e centros de saúde, sua decisão pode ser percebida pela população como responsável por esses acontecimentos. De todo modo, a decisão de Bolsonaro pela via econômica contém riscos agregados (há críticas de que as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência possa diminuir substancialmente o poder de compra dos brasileiros). Cabe ressaltar, também, que mesmo que Bolsonaro determine a reabertura das atividades econômicas, pode ser que esta não seja efetivada pelos estados e municípios em primeiro momento, pelo menos até que a situação fiscal e econômica dos estados e municípios se torne incontrolável.

**Relação com governos estaduais e municipais:** O jogo político é complexo ao se analisar os desencontros entre as medidas restritivas de combate ao coronavírus por estados e municípios e o discurso de Bolsonaro. Para as autoridades estaduais e municipais, em primeiro momento, coube a preocupação de ser menos ou mais efetivas no combate ao coronavírus em comparação com outros locais. Assim, para governadores e prefeitos, cada morte relacionada ao coronavírus, poderá ser jogada nas costas do Governo Federal. Para Bolsonaro, o cálculo político parece ser o mesmo do que citado anteriormente: se a epidemia é controlada, em parte, por ocasião de ações drásticas tomadas por governos estaduais e municipais, Bolsonaro pode adotar o discurso de que “havia avisado para a população se tranquilizar e de que se tratava apenas de uma gripezinha”. Caso os casos e mortes da Covid-19 realmente aumentem de forma preocupante, a fala será de que “ele havia avisado de que medidas restritivas não adiantariam”, que “mesmo com o número de mortes, o número de pessoas afetadas pela economia seria bastante superior” e, ainda, pode colocar os estados e municípios como “vilões da crise econômica”.

**Relação com o Congresso Nacional:** Ao analisar a reação dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, ao discurso de Bolsonaro, chama a atenção que, apesar de também se posicionarem contrários às posições do presidente da República, ambos adotaram



uma postura de evitar o embate direto, focando na resolução da crise, e não na pessoa de Bolsonaro. Enquanto Alcolumbre citou que o Brasil estaria “na contramão das ações adotadas em outros países e pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, por sua vez, Maia citou pedido de “sensatez, equilíbrio e união”. Se por um lado, os parlamentares evitam uma reação mais brusca do presidente da República, que poderia agravar ainda mais a relação entre Poderes e suscitar um comportamento mais defensivo e rígido de Bolsonaro, por outro, os presidentes da Câmara e do Senado entendem que o momento frágil para o governo pode ser uma oportunidade de se fortalecerem como protagonistas no cenário atual.

**Possíveis desdobramentos:** Apesar de já existirem alguns pedidos protocolados no Congresso, neste momento, a chance de abertura de um processo de impeachment, de forma imediata, parece ainda ser bastante remota. Cabe lembrar que, além de jurídico, trata-se de um processo eminentemente político e circunstancial. Ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pouco interessa, no cenário atual, a tese do impedimento. Pelo contrário, o custo político de um processo brusco, de grande embate e polaridade e de grave repercussão para as instituições democráticas, parece ser alto demais para quem, hoje, já exerce poder e influência centrais na política brasileira. Outro risco de um processo de impeachment, para o Congresso, seria o presidente da República não só ser absolvido, como sair fortalecido, escalando o conflito no relacionamento com os parlamentares. Diferentemente de Dilma Rousseff, Bolsonaro conta com uma base de seguidores bastante consolidada e mobilizada (até então, 30% dos eleitores). É importante, ainda, ressaltar que grande parte dos parlamentares dos partidos de direita e de centro no país alavancaram suas candidaturas e devem parte da sua eleição justamente ao bolsonarismo. Assim, um possível voto contra Bolsonaro em um eventual processo de impeachment, poderia ser percebido como um voto contra si próprio, pelo olhar dos eleitores de cada deputado e senador. Valerá acompanhar, nas próximas pesquisas de opinião, o quanto os índices de popularidade do presidente da República irão oscilar, o que pode ter reflexo no comportamento dos diferentes atores políticos em relação ao impeachment.

**A posição dos militares:** Os militares voltam a se tornar, sem dúvida, peças centrais no tabuleiro político nacional. Com mais de cem representantes no 1º, 2º e 3º escalões do Poder Executivo Federal, os militares são a única força política capaz de manter o núcleo duro do governo intocado, caso a crise política escale a outro patamar. Uma eventual deserção deste apoio deixaria o governo completamente isolado, contando apenas com a mobilização de seus seguidores, por meio das redes sociais. Por outro lado, a confirmação da adesão de lideranças do Exército pode assegurar uma postura mais autoritária por parte do presidente, caso confrontado. Sendo assim, qualquer tentativa séria de impeachment deverá passar, paralelamente, pela negociação com os militares.